

Sarney exige de ministros a defesa do sistema

Nélio Rodrigues



Ao sair do Alvorada, Costa Couto deu explicações sobre a reunião de Sarney com ministros



A uniformidade da linguagem dos membros do Governo e o engajamento de todos os ministros no corpo-a-corpo para a conquista dos votos necessários a manutenção do presidencialismo são exigências do presidente José Sarney a todos os seus auxiliares, segundo anunciou ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, após a primeira de uma série de reuniões que o Governo promove ao longo deste final de semana para fechar o cerco contra os parlamentaristas da Constituinte.

O fato de ter reunido apenas os ministros Jorge Bornhausen, da Educação; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Costa Couto, Aníbal Teixeira, da Sepplan; Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social; Ivan de Souza Mendes, do SNI; E Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano, não significa que Sarney concentrará neles a sua estratégia de pressão sobre os constituintes. De acordo com Costa Couto, os demais ministros ou já foram orientados nos despachos normais ou o serão daqui para frente.

O ministro Ronaldo Costa Couto, encarregado de resumir a reunião do Alvorada, afirmou que o próprio presidente Sarney se empenha junto a parlamentares (ontem recebeu 12, pela manhã, após a reunião) pelo sistema presidencialista, embora o Governo conte com mais de 50 dos 93 votos da Comissão de Sistematização, segundo números fornecidos na reunião pelo ministro do Gabinete Civil.

Ilusão
Ronaldo Costa Couto afirmou também que o Governo nunca esteve fechado ao entendimento, mas também nunca se afastou de sua posição presidencialista. Além disso, de acordo com o ministro, nunca houve a ilusão, por parte de Sarney, de que a decisão sobre qualquer tema polêmico da Constituinte se dará pelo voto. "Estamos na hora da verdade, no momento decisivo, e embora não haja dificuldades, estamos diante de um desafio" — disse.

Ao abrir a reunião, o presidente José Sarney fez uma análise do momento político, que definiu como "uma encruzilhada histórica". Sarney disse ainda aos ministros que a sua experiência parlamentar e executiva, além dos exemplos históricos, o levam à conclusão de que o sistema presidencialista é indiscutivelmente o que convém à

realidade do País.

Cobrança
Neste contexto, cobrou dos ministros o engajamento total na posição do Governo. Segundo Costa Couto, o recente discurso do ministro da Justiça, Paulo Brossard, a favor do parlamentarismo, em São João Del Rei (MG), não fere a uniformidade ministerial exigida por Sarney. Isto porque Brossard prega o parlamentarismo para o futuro.

"O ministro Paulo Brossard afirmou que este sistema de Governo não deve ser introduzido no horizonte do governo Sarney", revelou Costa Couto.

Nesse sentido, o ministro Ronaldo Costa Couto comentou que o governo do presidente José Sarney admite o parlamentarismo, desde que implantado num contexto partidário consolidado, com o País dispondo de uma burocracia profissional, onde o sistema de avaliação pelo mérito realmente predomine.

"Com uma burocracia pública impermeável a eventuais crises de gabinete, com partidos sólidos e contanto com a possibilidade de compatibilizar o regime federativo com parlamentarismo, ai sim será a hora de examinar o sistema. Agora, se no sistema presidencialista todos estes resultados foram obtidos, por que mudá-lo?", indagou o ministro.

Figueiredo faz alerta sobre "guerra civil"

Porto Alegre — Ao falar a um grupo de 140 empresários gaúchos reunidos na Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, quinta-feira à noite, em Porto Alegre, o ex-presidente João Figueiredo advertiu para a possibilidade de ocorrer uma "guerra civil" no País, caso os "radicalismos extremados cheguem às cúpulas do poder". Por isso, enfatizou, está "obstinado em impedir, por todas as formas, que isso aconteça, já que os extremistas chegam a ser até irracionais e, na sua irracionalidade, podem conduzir a Nação a um impasse, a um confronto e, desse confronto, se forem abafadas as vozes de ponderados como nós, a desgraça de uma guerra civil".

Em entrevista à imprensa antes da palestra, Figueiredo defendeu a realização de eleições diretas para a Presidência da República em 88, após a promulgação da nova Constituição, considerando que o pleito é "necessário". Todavia, ressaltou que "não há eleição direta ou indireta que tire o País do buraco em que está".

Em seu pronunciamento aos empresários, o ex-presidente afirmou que há "sinais evidentes de uma grave crise no País por intolerância e intransigência de alguns" e pela recusa da perda de "posições de outros". Diante disso, acredita o general, é necessário "gritar em alto e bom som" para as "forças do bom-senso", as que "querem o progresso da Pátria e o bem-estar de seu povo, pela trilha cristã da linha reta" aglutinarem-se com o objetivo de "impedir um mal maior".

Mandato
Observando que a sua mensagem não é de "desespero, mas de esperanças", conclamou os empresários gaúchos para que, a todo custo, busquem a "paz, harmonia e concórdia de todos os brasileiros". Assim, "livre dos extremismos", Figueiredo acredita que será possível buscar um caminho de "melhoria de nossa terra e de nossa gente".

A imprensa, Figueiredo, que visitou vários amigos em Porto Alegre, negou que, ao deixar a Presidência, tenha pedido ao povo que o esquecesse. Alegou que, ou foi mal-entendido, ou mal-interpretado, pois o que pediu apenas foi "paz", após "15 anos de Palácio".

Depois de se manifestar favoravelmente à realização de "eleições diretas agora", ressaltou que isto deve ocorrer somente após terminada a Assembleia Nacional Constituinte. Figueiredo revelou também não ter opinião formada sobre o tempo de duração do mandato presidencial, podendo ser fixado em "quantos anos quiserem, mas eu quero eleição direta". Ao informar não saber se a tese das eleições diretas em 88 vingará, Figueiredo aproveitou para acrescentar, de outro lado, que o País somente conseguirá superar a crise "com trabalho, muito trabalho e humildade. Produzindo muito".

Depoimento frustra empresário gaúcho

Porto Alegre — Apesar de toda a expectativa com que foi cercado o pronunciamento do ex-presidente João Figueiredo, os quase 150 empresários que compareceram ao churrasco que lhe foi oferecido não deixaram de manifestar sua frustração com o depoimento do general. Embora tenha defendido eleições diretas, Figueiredo falou pouco mais de dez minutos e o ponto alto de sua manifestação foi quando alertou para a possibilidade de uma guerra civil no País.

Figueiredo foi interrompido por aplausos num único momento, quando afirmou estar "obstinado em impedir, por todas as formas, que os radicalismos extremados cheguem ao poder".

Figueiredo esteve acompanhado num churrasco por seus lider no Congresso, o ex-deputado Nelson Marchezan, e por lideranças regionais do partido. O encontro foi articulado pelo próprio Marchezan.

Para Presidente, poder não é festa nem dá satisfação

"O poder para mim não é uma festa, muito menos uma fonte de satisfação", disse o presidente Sarney, ontem, em seu programa semanal *Conversa ao Pé do Rádio*, transmitido em cadeia todas as sextas-feiras, onde voltou a justificar sua preferência pelo presidencialismo, defender cinco anos para seu mandato e criticar o parlamentarismo. "Não temos uma tradição partidária, não temos burocracia constituída em carreira e selecionada pelo mérito, não temos experiência efetiva do sistema de governo parlamentar", afirmou.

Além disso, ele criticou a falta de um pacto de união, afirmando que as divergências, a multiplicidade de fórmulas, os casuismos mostraram bem que as melhores

puras intenções e convicções não conseguiram sensibilizar, pela paixão política e ressentimento, o grande terreno de um novo pacto. Por essa razão, disse que se manifestou favorável a um presidencialismo moderno, com o congresso fortalecido. Mas negou que existe algum constituinte ao qual tivesse procurado aliciar, utilizando o Governo, em razão da discussão do mandato.

O presidente disse que suas opiniões nessa área tiveram sempre a finalidade de defender o interesse nacional, acrescentando que o seu desejo é de que o País tenha uma Constituição que assegure estabilidade política, governabilidade e possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam instituições democráticas fortes.

"É meu dever não ser omissos"

"Brasileiras e brasileiros, bom dia. Aqui vos fala, mais uma vez, o presidente José Sarney, nesta conversa ao pé do rádio.

Estamos numa semana em que os temas dominantes no País foram as preocupações de natureza política. As definições que estão iminentes em nossa Assembleia Nacional Constituinte.

Quero dizer que minhas opiniões nesta área tiveram sempre finalidade de defender o interesse nacional. O que eu desejo é que a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade, e possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam no País instituições democráticas fortes. A democracia vive de leis, mas vive muito da convivência e da prática democrática é uma estrutura legal, é o estado de direito, mas também é um estado de espírito, de educação política. Educação política em que se sabe que o direito de cada cidadão termina onde começa o direito do outro cidadão.

Eu não tenho nenhum interesse pessoal a defender nos temas que estão sendo travados, mas tenho a obrigação e o dever de não ser omissos. Tenho responsabilidade perante a história e a Nação.

A experiência de Governo, a minha vivência de homem público me traz a convicção de que não temos ainda as instituições suficientemente fortes capazes de enfrentar, sem dificuldades, as crises. Não temos uma velha tradição par-

tidária, não temos burocracia constituída em carreira e selecionada pelo mérito, não temos experiência efetiva do sistema de governo parlamentar.

As divergências, a multiplicidade de fórmulas, os casuismos mostraram bem que as melhores e mais puras intenções e convicções não conseguiram sensibilizar, pela paixão política e ressentimentos, o grande terreno de um novo pacto.

Considerando estas realidades manifestei-me, em maio, por um presidencialismo moderno, com práticas parlamentares que fortifiquem o Congresso e assegurem que essa vivência possa dar, em termos de futuro, condições para um regime mais sofisticado.

Ao manifestar-me pelos cinco anos de mandato, o fiz com a certeza de que esse prazo é o melhor para o País. Disse que abria mão dos seis anos para o qual foi eleito por direito próprio e constitucional me foi outorgado em face de sua morte. Não me move nestas decisões nenhum desejo de poder. Não existe nenhum constituinte que eu tenha procurado para aliciar, utilizando o Governo em razão da discussão do mandato. Minha conduta tem sido sempre a mais correta. O poder para mim não é uma festa, muito menos uma fonte de satisfação. Exerço-o para cumprir um dever e serviço público, sem lamúrias nem queixas, mas com o grave senso da grandeza de presidir a República, o meu País".

Ofensiva incluirá os governadores

A ofensiva do presidente José Sarney não se esgota na mobilização de seu ministério. Ela se estenderá aos governadores, e setores da administração pública e alcançará parlamentares de todos os partidos. Segundo o ministro Costa Couto, até agora apenas o PT ficou excluído das negociações. Mas, ele citou como prova de que o Governo está aberto a todas as correntes, algumas conversas já mantidas com parlamentares do PDT do ex-governador Leonel Brizola.

"Nós estamos conversando com todos os segmentos. Ainda na quinta-feira, à noite, tivemos um encontro com o deputado Luiz Salomão, do PDT, e temos conversado com o deputado Vivaldo Barbosa. Não há preconceitos ideológicos dentro do Gover-

Empenho do Governo poderá ser inútil

Uma avaliação informal, mas feita por quem conhece a Assembleia Nacional Constituinte, concluiu ontem que o empenho do Governo em mobilizar todo o Ministério em favor da manutenção do presidencialismo será inútil.

Raros ministros têm influência sobre a Constituinte, sendo considerados os mais fortes, sob tal aspecto, os titulares das Comunicações e da Agricultura, respectivamente Antonio Carlos Magalhães e Iris Rezende. Seguem-se, com peso político bem inferior, na Assembleia, os ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e José Reinaldo, dos Transportes.

No total, o Ministério poderá conseguir, de acordo com as estimativas, bem menos de uma centena de votos em apoio ao governo, muitos dos quais já simpatizam com as teses do presidente Sarney. Dentre os ministros não-políticos, também é considerável a importância específica dos que dirigem pastas militares, notadamente o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército.

A situação não é muito diferente em relação aos governadores. Nessa área, têm maior influência sobre suas respectivas bancadas os governadores de Goiás (Henrique Santillo), de São Paulo (Orestes Quercia), de Pernambuco (Miguel Arraes) e de Minas (Newton Cardoso).

Apesar de tal avaliação, um funcionário graduado do Governo pôs em dúvida a capacidade de numerosos constituintes, de resistirem às solicitações dos ministros ou de seus respectivos governadores.

Outra providência adotada pelo Governo, considerada de interesse para a tomada de decisões na Constituinte, foi o reassalamamento do débito dos usineiros, que implicou na concessão de favor da ordem de 500 milhões de dólares.

no, pois isso seria inadmissível" — afirmou.

Sempre com a ressalva de que o Governo sequer admite insinuações de uso indiscriminado da máquina oficial para atingir seus objetivos, Costa Couto disse ter convicção de que o presidente José Sarney detém maioria também no plenário da Constituinte para a questão do sistema de Governo. Por esta razão, não abre mão da solução presidencialista, embora dentro dela esteja aberto para fórmulas alternativas à emenda Theodoro Mendes. Para o Governo, de acordo com o ministro, o importante é atingir o objetivo central, ou seja, "um sistema de Governo presidencialista, que realmente funcione e implique num fortalecimento amplo e profundo do Congresso Nacional".

Espaço só para política

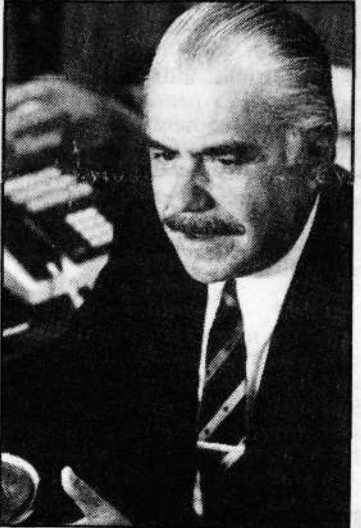
Por recomendação expressa do presidente José Sarney, os ministros de Estado começam, a partir de hoje, defender as teses de presidencialismo com Congresso forte e mandato presidencial de cinco anos. A recomendação foi feita durante a reunião da manhã de ontem no Palácio da Alvorada, quando o Presidente da República, em tom incisivo, afirmou que este é um Governo político e, portanto, os seus ministros devem atuar politicamente. Não há espaços para técnicos e muito menos para aqueles que defendem o parlamentarismo agora.

Sarney recomendou ainda a seus ministros que esgotem todas as táticas de persuasão junto aos constituintes para que as teses do Governo sejam aprovadas. Esta tática, entretanto, segundo o ministro Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República não implica em "legitimidade ou ilegalidade". O ministro negou ainda qualquer possibilidade do Governo em usar os dez mil cargos vagos para barganhar a aprovação de suas teses: "Não há cargos, há encargos", disse Costa Couto.

Na conversa com os ministros, Sarney alinhou os seis pontos que justificam a tarefa que lhes foi confiada. Os seis pontos foram transmitidos depois pelo porta-voz da Presidência da República, Frota Neto. Sarney tem interesse absoluto que estes pontos sejam divulgados para que a posição do Governo se torne conhecida.

Pontos
Os seis pontos são: 1) a posição do Presidente da República foi expressa no discurso de 18 de maio, afirmando que ele, quer presidencialismo com Con-

gresso forte e mandato de cinco anos; 2) em face da possibilidade do Congresso encontrar uma solução de consenso para o sistema de Governo, o Presidente não seria obstáculo e apoiaria. Esta solução não foi encontrada, nenhuma proposta objetiva e consensual lhe foi apresentada; 3) o Presidente da República, diante desta realidade, manteve seu ponto de vista inicial, do qual nunca se afastou; 4) o Presidente instruiu o líder do Governo para examinar as propostas presidencialistas existentes e combinar com as forças que apoiam o Governo, a votação na Comissão de Sistematização; 5) os ministros devem colaborar na elaboração de uma nova Constituição que não prejudique a governabilidade do País e 6) o Presidente tem um único propósito: defender os interesses nacionais, sem considerações pessoais.



Arquivo 10/9/87

Sarney exige fidelidade